

# Histórias de lutas, desafios e protagonismos no campo da educação das relações étnico-raciais: o caso do Programa Ações Afirmativas na UFMG na sua primeira década (2002-2013)<sup>1</sup>

## *Stories of struggles, challenges and protagonisms in the field of education in ethnic-racial relations: the case of the Programa de Ações Afirmativas at UFMG in its first decade (2002-2013)*

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i1.3320>

*Vanda Lúcia Praxedes<sup>1</sup>*

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais  
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e  
Ações Afirmativas – NERA/UFMG  
[valupraxedes@gmail.com](mailto:valupraxedes@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-5132-0333>

Recebido em: 02/07/2021 – Aceito em 31/07/2021

**Resumo:** O artigo analisa o contexto político social e acadêmico que possibilitou à criação e crescimento do Programa Ações Afirmativas na UFMG em sua primeira década de funcionamento. Ancorada em estudos e pesquisas no campo da educação e das relações étnico-raciais, desenvolve o argumento de que o Programa Ações Afirmativas na UFMG, bem como a maioria dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros –NEABs- nascem em um contexto de mobilização política e social impulsionados pelas demandas do Movimento Negro e pela implementação da Lei 10.6539/03. E se fortalecem, no interior de universidades brasileiras, no momento do debate público sobre ações afirmativas, as disputas em torno do acesso à educação superior pública e privada e a questão da democratização do ensino superior brasileiro passaram a ocupar o centro do debate, ocasionando mudanças substantivas no campo educacional. Procura, ainda, situar nesse contexto a história do Programa Ações Afirmativas na UFMG, destacando suas atividades, seus desafios, protagonismos, conquistas no campo do fortalecimento acadêmico de estudantes negros e pardos, além de significativa produção de conhecimentos contra hegemônicos, que permitiu impulsionar a produção acadêmica no campo das relações étnico-raciais e ações afirmativas.  
**Palavras-chave:** Ações afirmativas; educação das relações étnico-raciais; história do Programa Ações Afirmativas na UFMG; Núcleos de Estudos Afro-brasileiros.

**Abstract:** The article analyzes the political, social and academic context that enabled the creation and growth of the Programa de Ações Afirmativas at UFMG in its first decade of operation. Anchored in studies and researches in the field of education and ethnic-racial relations, it develops the argument that the Programa de Ações Afirmativas at UFMG, as well as most Afro-Brazilian Studies Centers - NEABs, were born in a context of driven political and social mobilization for the demands of the Black Movement and for the implementation of the Law 10.6539/03. And they are strengthened within Brazilian universities at the time of public debate on affirmative actions, disputes over access to public and private higher education and the issue of democratization of Brazilian higher education have come to occupy the center of the debate, causing substantive changes in the educational field. It also seeks to situate in this context the history of the Programa de Ações Afirmativas at UFMG, highlighting its activities, challenges, protagonisms, achievements in the field of academic strengthening of black and brown students, in addition to the significant production of knowledge against hegemonics which allowed academic production in the field of ethnic-racial relations and affirmative actions.

**Keywords:** Affirmative Actions, Ethnic-Racial Relations Education, History of the Programa de Ações Afirmativas at UFMG, Afro-Brazilian Studies Nucleus.

<sup>1</sup> Este artigo é um tributo à Nilma Lino Gomes, fundadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Profa. Nilma é uma intelectual negra, Professora titular emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016)

## Introdução

Este artigo pretende analisar o contexto político social e acadêmico que possibilitou a entrada em cena de um ator político importante no interior da Universidade Federal de Minas Gerais: o Programa Ações Afirmativas na UFMG, com ênfase na sua história, suas atividades, seus desafios, protagonistas, conquistas e produções acadêmicas, no campo das relações étnico-raciais e ações afirmativas, em sua primeira década de funcionamento.

O Ações, como ficou conhecido ao longo do tempo, na mesma linha de outros Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs<sup>2</sup>, instalados, especialmente, a partir de 2003, no interior das universidades brasileiras, foi um dos principais responsáveis pela realização e divulgação de pesquisas, reflexões teóricas, práticas pedagógicas e publicações que abordavam a temática das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a promoção de ações, com vistas ao fortalecimento acadêmico de jovens negros e pardos na universidade, ao assumir o papel de indutor de políticas de ações afirmativas na UFMG (GOMES et al, 2017; ROZA & ROZA, 2020). Desde sua criação, os membros do Ações Afirmativas passaram a dialogar com vários grupos, núcleos de pesquisa e áreas do conhecimento, produzindo teoria ou indagando-os, em um momento de grande efervescência dos debates nacionais e internacionais sobre ações afirmativas e democratização da universidade.

O debate público a respeito das ações afirmativas no Brasil foi permeado por tensões, dilemas, embates e conflitos, bem como calorosas discussões entre grupos sociais, pró e contra essa pauta incluída na agenda política brasileira por demanda dos Movimentos Sociais Negros e Indígenas. Essa demanda por ações afirmativas já se encontrava presente na agenda desses movimentos, desde os finais do anos 1980. Esteve presente em movimentos como a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, em agosto de 1986, na Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, realizada no dia 20 de novembro de 1995, ambas ocorridas em Brasília-DF e, também, nas discussões sobre a democratização das universidades, entendida como um dos instrumentos para reverter a desigualdade racial, apontada em diversas pesquisas (CARNEIRO, 2002; SANTOS, 2005; PASSOS, 2015).

A partir de 2001, o debate torna-se, ainda mais aquecido, auxiliado pela conjunção de vários fatores que, em nível internacional e nacional, podem ser entendidos como parte dessa inflexão: em primeiro lugar, a realização de vários eventos, como as pré-conferências preparatórias para Durban, na UERJ, em 2001, e discussões em todo o país, com o objetivo de ampliar a visibilidade deste debate, bem como ampliar as adesões dos diferentes setores e grupos da sociedade brasileira, para além do movimento negro e antirracista e do movimento indígena, à causa das ações afirmativas (SILVA & PEREIRA, 2013; UNBEHAUM & SILVÉRIO, 2016). Em segundo lugar, a realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada entre 31/08 a 08/09/2001, em Durban, na África do Sul. Em terceiro lugar, a ascensão de governos considerados mais à esquerda e relativos compromissos com os movimentos sociais em nível federal, estadual e municipal (CARNEIRO, 2002; PAULA & HERINGER, 2009).

Uma outra questão importante neste cenário é a ocorrência, a partir do início dos anos 2000, de maior número de publicação e ampliação da disponibilidade de dados e indicadores sociais que desvelavam a dimensão das desigualdades raciais no Brasil, em

<sup>2</sup>Os primeiros núcleos de estudos afro-brasileiros congregavam pesquisadores/as de diversas áreas; Linguística, Antropologia, Sociologia e História, dentre outros interessados na temática da História da África e da Diáspora, estudos orientais e asiáticos. Iniciaram-se logo após a metade do século XX, tais como: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), criando em Salvador em 1959; O Centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA), ligado à Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, em 1973, e o Centro de Estudos Africanos – CEA da USP, em 1979, cresceram um pouco na década de 1990 e tiveram seu boom na década de 2000. Esses Núcleos vão congregando pesquisadoras e pesquisadores, especialmente do campo da Educação, interessados nos estudos das relações étnico-raciais no Brasil e têm se expandido em número e em atividades de ensino-pesquisa-extensão, especialmente no início do século XXI. Ao final de 2015, foi constatada a existência de 155 (cento e cinquenta e cinco) NEAB's no Brasil.

diversos aspectos sociais, econômicos e educacionais. Começam a surgir os resultados de várias pesquisas oficiais, como as realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), dando conta, não só da existência, mas da permanência histórica da desigualdade racial na sociedade brasileira e, por fim, os estudos pesquisas que afirmavam a urgência de políticas de Estado para reverter esse quadro (SILVÉRIO, 2006; RODRIGUES, 2005; GOMES, 2007). Tais estudos passaram, também, a indicar alternativas de políticas públicas, objetivando a redução dessas desigualdades e a ampliação de oportunidades (HENRIQUE, 2001; PAIXÃO et alii, 2012).

A partir dos dados de pesquisa e debates que subsidiaram a produção de documentos para apresentação na Conferência de Durban, foi possível desvendar para o mundo os números incontestes das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Os índices foram muito alarmantes e serviram para um severo questionamento sobre a reiterada ideia da democracia racial em nosso país e a necessidade de ações para reversão desse quadro.

Partindo do pressuposto de ações afirmativas como, “políticas públicas que visam corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente” (CARVALHO, 2004, p. 51), os países que assinaram o documento final, denominado “Plano de Ação de Durban”, dentre eles o Brasil, se comprometeram a desenvolver ações, com o objetivo de reduzir a desigualdade racial entre seu contingente populacional (CARNEIRO, 2002).

Para além dos impactos das pesquisas sobre desigualdades realizadas no Brasil, pode-se afirmar que a Conferência de Durban se tornou um marco fundamental para dar visibilidade à necessidade de construção de políticas de ações afirmativas no cenário brasileiro e latino-americano. Naquele momento, construiu-se um consenso de que a implementação do direito à igualdade racial, entendido como “um imperativo ético-político-social”, era a fórmula capaz de enfrentar o legado de discriminação que tem historicamente negado a boa parte da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais e o exercício da cidadania plena. (GOMES, 2010; BEZERRA E GURGEL, 2012; PAULA & HERINGER, 2009).

De acordo com GOMES (2011), em defesa das políticas de ações afirmativas, foi se constituindo no Brasil uma ampla rede antirracista, congregando uma gama de pesquisadores, que se articulou com redes latino-americanas e com estudiosos de outros países do mundo. (SILVA JR, 1998), (SANTOS, 1999), (GONÇALVES E SILVA, 2000), (CARNEIRO, S, 2002), (GOMES, 2002), (SILVÉRIO, 2002), (MUNANGA, 2003), (MEDEIROS, 2004), (CARVALHO, J.J., 2006) (SILVA, P., 2008), dentre outros.

No entanto o processo político que levou à criação destas políticas não foi um caminho fácil, tranquilo e sem conflitos. Ao contrário, foi um caminho acidentado, cheio de percalços, tensões, avanços e recuos, permeado por disputas entre diferentes grupos e atores sociais envolvidos. A construção de consensos se deu às custas de muita negociação e mesmo de judicialização. Nesse sentido, várias experiências no campo das ações afirmativas emergiram no Brasil até a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – Lei N°12.288, de 20 de julho de 2010-e da Lei N°12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas para universidades. Com destaque para as experiências de inclusão ocorridas, a partir de 2003, como, por exemplo, o pioneirismo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), na adoção da reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos. A experiência foi seguida pela Universidade Estadual do Norte Fluminense em 2004 e, ainda nesse mesmo ano, a Universidade de Brasília despontou como a primeira federal a ado-

tar a reserva de vagas (KERN & ZILLOTTO, 2011; HERINGER, 2014). Ao longo da década seguinte, foi observado um aumento progressivo do número de instituições que adotou reservas de vagas semelhantes, chegando-se ao número de 115 instituições públicas de educação superior, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e Cefets, que passaram a adotar ações afirmativas, com algum tipo de reserva de vagas em 2012 (JODAS & KAWAGAMI, 2011; JUNIOR, 2008).

Esse avanço significativo ocorrido ao longo de uma década deveu-se à combinação de um conjunto de fatores, quais sejam: as políticas implementadas voltadas, tanto para a inclusão de grupos historicamente excluídos da educação superior quanto de medidas relacionadas à expansão do sistema de educação superior no Brasil, por meio do PROUNI, que possibilitou a ampliação do número de vagas em instituições federais de ensino, com a criação de novas instituições, novos cursos e também da expansão dos cursos noturnos. Basta observar que, entre 2003 e 2013, por exemplo, foram criadas dezoito novas universidades federais no Brasil (HERINGER, 2014, p. 21).

Destaca-se que essas e outras experiências foram frutos, principalmente, das lutas e pressões dos movimentos negros por igualdade racial, sempre afirmando e reiterando a necessidade de políticas de ações afirmativas para grupos sociais que historicamente foram discriminados na sociedade brasileira. Segundo MARÇAL (2016, p.34), a defesa do direito à educação para a população negra e proposição de políticas afirmativas estiveram presentes nas pautas e reivindicações desde 1940, portanto uma demanda histórica na agenda do Movimento Negro.

Ao trazer para o debate político/educacional os diversos saberes construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro, ao longo de sua história, as discussões em torno das ações afirmativas, acentuadas nos anos 1990, trouxeram à baila um conjunto de conhecimentos, saberes e experiências sociais produzidas pelo povo negro, capazes de problematizar a ideia de sujeitos constituintes da nação brasileira. (HERINGER, 2009; GOMES, 2017).

As diversas experiências de ações afirmativas aliadas a programas de expansão das Universidades – PROUNI-acabaram por influenciar ou induzir a criação de Programas e Núcleos de Estudos afro-brasileiros – NEABs- no interior das universidades, públicas e privadas, contribuindo com pesquisas, ensino, ações de extensão, ações para a permanência bem sucedida de jovens negros nos seus diversos cursos. Além de contribuir com uma farta produção bibliográfica registrada em livros e artigos, evidenciando a dimensão e historicidade da implementação das Ações Afirmativas no Brasil, seus impactos influenciaram na produção de conhecimentos no campo jurídico, político, social, pedagógico, dentre outros, bem como na construção de um novo perfil de professores e estudantes e trabalhadores no interior destas instituições. (NILMA et al, 2017; ROZA & ROZA, 2020).

## **O Programa Ações Afirmativas na UFMG: um campo de lutas, desafios e possibilidades**

O Programa Ações Afirmativas foi gestado como um projeto intitulado Ações Afirmativas na UFMG, em 2002, sob a coordenação da Profa. Nilma Lino Gomes. Foi um dos 27 projetos aprovados no Concurso “Cor no Ensino Superior”, coordenado pelo Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR) ligado ao Laboratório de Políticas Públicas - LPP, da UERJ, em 2002 (GOMES & MARTINS, 2006; SANTOS, 2006).

O concurso “Cor no Ensino Superior” foi financiado pela Fundação Ford e destinava-se à seleção e financiamento de propostas e projetos voltados para a promoção de ações, iniciativas e programas que tivessem como proposta criar/ampliar as possibilidades de acesso e/ou permanência de sujeitos sociais oriundos dos grupos historicamente excluídos das instituições de ensino superior brasileiro, espe-

cialmente os afro-brasileiros. O financiamento se deu através de destinação de verbas para que o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, para que os projetos contemplados pudessem desenvolver iniciativas de ação afirmativa em Universidades espalhados pelo Brasil, além do fortalecimento da Rede PPCOR-(SANTOS, 2006; BATISTA, 2007)<sup>3</sup>.

Na esteira dos projetos selecionados na dotação do “Cor no Ensino Superior”, pôde-se redimensionar a Rede PPCOR, atraindo pesquisadores reconhecidos nacionalmente pelos trabalhos no campo das relações raciais e ações afirmativas na educação, comprometidos politicamente com a democratização racial do ensino superior brasileiro. Uma rede que contava com representantes das universidades, que desenvolviam projetos inovadores que contribuíam com o fortalecimento institucional de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, estabelecendo condições para a consolidação da intervenção político-acadêmica desses atores sociais no ensino superior (BATISTA, 2007).

Com o aporte financeiro oriundo da seleção no Concurso PPCor, o Projeto Ações Afirmativas na UFMG pôde desenvolver diversas atividades e Oficinas de Extensão. Devido a sua abrangência e alcance, em 2003, recebeu a orientação da Pró-Reitoria de Extensão para mudança de nome. Desde então o Projeto passou a ser denominado Programa Ações Afirmativas na UFMG, ampliando seus objetivos e propostas de ação no interior da Universidade. Entretanto, como o próprio nome indica, o Projeto nasce e sobrevive como Programa de Ações Afirmativas ‘dentro’ da instituição UFMG e não um Programa ‘da’ instituição. Por isso, Programa Ações Afirmativas na UFMG e não da UFMG, Embora tenha sido desejo da Coordenação que o Ações Afirmativas deixasse de ser um “Programa específico de Extensão e fosse incorporado pela UFMG, enquanto um Programa institucional, vinculado à Reitoria, com recursos para bolsas e editais, tornando, de fato, uma proposta de permanência da UFMG e não somente na UFMG” (GOMES & MARTINS, 2006, p.9). Assim, o Programa Ações Afirmativas na UFMG nasce com o principal objetivo de “fortalecer a trajetória acadêmica de alunos e alunas negras de graduação da UFMG, com vistas à sua entrada na pós-graduação, configurando-se como um largo passo na tentativa de reversão do quadro de desigualdades raciais no ensino superior e, em especial, na UFMG (GOMES & MARTINS, 2006, p.9-10).

Desde seu início, o Ações Afirmativas esteve sediado na Faculdade de Educação da UFMG e na origem congregou docentes de três unidades: Faculdade de Educação, Escola de Ciência da Informação e Escola de Ensino Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG, contando inicialmente com 13 docentes pesquisadores, além de alunos de graduação e de pós-graduação oriundos de diferentes áreas do conhecimento da mesma universidade. Portanto, o Programa procurou, já na sua constituição, caminhar em uma perspectiva interdepartamental, interunidade e interdisciplinar (GOMES & MARTINS, 2006).

O Programa Ações Afirmativas na UFMG, enquanto um NEAB, nasce e se afirma em um contexto de mobilização política e social. Em um momento em que ocorre no Brasil o debate público sobre ações afirmativas, em que as calorosas discussões e disputas em torno do acesso à educação superior pública e privada, passou a ocupar o centro do debate sobre a questão da democratização da educação no ensino superior brasileiro, ocasionando mudanças substantivas no campo educacional.

Nesse cenário, a luta por educação, pela visibilidade da cultura negra e implementação das Ações Afirmativas no Brasil, encabeçada pelo Movimento Negro e intelectuais de vários campos, entrou efetivamente na pauta política e resultou na alteração na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, ao instituir,

<sup>3</sup>Segundo SANTOS (2006, p.19), foram recebidos dos projetos 287 propostas de projetos. A distribuição dos projetos, em termos regionais, ficou assim representada: 167 da Região Sudeste, 67 da Região Nordeste, 32 da Região Sul, 15 da Região Centro-Oeste e 06 da Região Norte. Excetuando o Estado do Amazonas, todos os estados enviaram propostas, das quais foram selecionados 27 projetos, sendo que 11 foram de acesso, 9 de permanência e 7 de acesso e permanência.

em 9 de janeiro de 2003, a Lei N°. 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade de inclusão no currículo da Educação Básica o ensino de história da África e culturas afro-brasileira. E alterada, em 11 de março de 2008, a LDB pela Lei n. 11.645/08, tornando, também, obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas, na rede de ensino público e privado.

A implementação da Lei, ao trazer para o debate “político e educacional os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro ao longo da história”, deu visibilidade a um conjunto de conhecimentos, saberes e experiências sociais, historicamente silenciadas na sociedade brasileira, criando um novo campo de tensões e deslocamentos sobre a formação da nação brasileira e no ensino. Essa legislação tem sido um desencadeador de produções científicas voltadas para as reflexões teóricas sobre África, diáspora africana e relações étnico-raciais, via NEABs (GOMES, 2017).

Uma investigação realizada por GOMES *et al* (2017)<sup>4</sup> sobre o Movimento Negro, enquanto ator político, apontam para um crescimento expressivo dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs - nas universidades públicas e privadas brasileiras, principalmente, a partir da promulgação da Lei 10.639/03, em 2003. Ou seja, tornou evidente a existência de um outro ator, com atuação acadêmica e política destacada, nas últimas décadas, dentro das universidades brasileiras, entendido como um produtor de conhecimento cuja atuação tem sido concretizada, na sua maioria, por intelectuais negros(as) engajados(as), oriundos(as) deste movimento social<sup>5</sup> ou que por ele são reeducados(as) politicamente, que são os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs<sup>6</sup>, do qual o Programa Ações Afirmativas é parte integrante. Estes se apresentam como espaços privilegiados de reflexão e de produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, no Brasil.

Nota-se, então, que, especialmente a partir de 2003, assim como o Programas Ações Afirmativas na UFMG, outros Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs -, instalados no interior de várias universidades brasileiras, ganham densidade, importância, relevância e um relativo reconhecimento, pois revelaram um papel de destaque de iniciativas, não só na promoção do acesso e/ou permanência de estudantes afrodescendentes nas universidades brasileiras, como também na ampliação do debate sobre democratização do acesso ou na mudança institucional, no sentido da implementação efetiva de ações afirmativas voltadas para população negra e indígena, bem como pesquisadores e intelectuais negros e brancos, de diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, do campo da Pedagogia, História, Letras, Filosofia, Geografia, Sociologia, Ciência Política, Comunicação, Psicologia, entre outras, foram chamados a se envolverem na temática, como, também, a produzir conhecimento sobre a mesma (GOMES *et al*, 2017). Uma conjuntura também favorecida pela criação do Programa Universidade para Todos – ProUni, em 2004, aprovado pela Lei nº 11.096/2005, com a finalidade da concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior e pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, criado pelo decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007.(MACEDO, VALE& MARTINS, 2015).

É nesse contexto que, a partir de 2003, o Programa Ações Afirmativas na UFMG se organizou como um programa de Extensão, articulado com ações de Ensino e Pesquisa, em torno da temática educação, cultura, políticas públicas, formação de professores e relações raciais, procurando articular os conhecimentos científicos e outras formas de conhecimento, produzidos pelos movimentos sociais, ações coletivas, com ênfase na questão étnico-racial e nas ações afirmativas.

<sup>5</sup>Esse período coincide com a entrada de professores negros, muitos oriundos do Movimento Negro, por concurso, nas universidades brasileiras, participando da criação ou coordenação desses NEABs.

<sup>6</sup>NEABs fazem parte de uma rede nacional, intitulada Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEAB), vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Esta Associação ([www.abpn.org](http://www.abpn.org)) realiza bianualmente, o Congresso Brasileiro de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros (COPENE), que se revela como espaço acadêmico-político de reflexão, debate, socialização de pesquisas sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana.

Quanto a sua organização, o Ações se estruturou em torno de três eixos: Fortalecimento acadêmico de estudantes negros e pardos; Formação de Professores na perspectiva da Lei 10.639/03 e realização de estudos e pesquisas sobre educação, relações étnico-raciais, políticas públicas e cultura afro-brasileira.

As ações de fortalecimento acadêmico de estudantes negros(as) da graduação se dava através da implementação de políticas e práticas de permanência bem sucedida na universidade para jovens negros(as), sobretudo os de baixa renda, regularmente matriculados/as nos cursos de graduação da UFMG, levando-se em consideração que a desigualdade não se encontra somente em relação ao acesso da população negra nesse nível de ensino, mas também na sua *permanência* (HERINGER, 2013).

Considera-se como fortalecimento acadêmico a realização de um processo acadêmico e formador capaz de proporcionar aos estudantes, por meio da sua inserção como bolsistas e/ou da sua participação nos cursos e oficinas propostos: a) formação teórica e política; b) estímulo à vocação científica; c) aprendizagem de procedimentos de pesquisa; d) desenvolvimento da sua capacidade crítica; e) aquisição de hábitos de estudo e domínio da sistemática da pesquisa; f) construção de competências de produção de gêneros acadêmicos; g) conhecimento de bibliografia sobre a questão étnico-racial, desigualdades raciais e ações afirmativas; h) contato com pesquisadores e a produção intelectual dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs); i) participação como autores e coautores de artigos científicos; j) contato com o público externo à universidade, tais como movimentos sociais e escolas. Tais ações visavam oferecer-lhes instrumental que lhes possibilitassem a permanência bem sucedida na universidade, a entrada na pós-graduação e, ao mesmo tempo, propiciar-lhes a ampliação da compreensão da questão racial na sociedade brasileira, a partir de uma proposta pedagógica voltada para valorização da história e da cultura negra<sup>7</sup>.

O trabalho com os estudantes da UFMG estruturava-se a partir de duas linhas de ação. A primeira envolvia atividades para apoiar os estudantes beneficiários do Programa, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto material. A segunda voltava-se para o desenvolvimento de sua identidade étnico/racial, a partir de debates, no interior da Universidade, acerca da questão racial na sociedade brasileira e do envolvimento dos(as) alunos(as) beneficiários(as) em atividades que visavam estimular e, até mesmo preparar, outros(as) afro-brasileiros(as) pobres a ingressar no ensino superior, com a promoção de um fórum sistemático de debates, na UFMG, acerca da questão étnico-racial brasileira, que envolvia não apenas a comunidade acadêmica, como também a comunidade externa à Universidade.

Entre 2002 e 2013, o fortalecimento acadêmico foi objetivamente alcançado por meio da inserção de graduandos(as) negros(as) como bolsistas de pesquisa, extensão e socioeducacionais nos diferentes projetos e atividades desenvolvidos pelo Programa, tais como: pesquisa, extensão, publicação, cursos complementares, seminários, debates, formação de professores da educação básica, contatos com movimentos sociais, entre outros. Essa inserção possibilitou não só o fortalecimento da formação acadêmica dos jovens negros e pardos, assim como a entrada na pós-graduação. Nesse período, 80 (oitenta) jovens negros, oriundos dos Cursos de Belas Artes, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Psicologia e Terapia Ocupacional, foram diretamente atendidos pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG, como bolsistas e outros 14 atendidos, indiretamente, via Programas de Mobilidade Internacional, uma vez que, a partir de 2009, o Programa Ações Afirmativas aderiu ao processo de internacionalização, para Graduação Sanduíche e Pós-graduação no exterior, através de participação nos Programas da CAPES, quais sejam: CAPES/FIPSE, com universidades americanas, CAPES/AULP, com universidades africanas, em países de língua portuguesa, e Programa Abdias Nascimento, com países como a Colômbia, Portugal e Canadá. Vários

<sup>7</sup> Dados coletados dos diversos Registros da Coordenação e Secretaria Executiva do Programa Ações Afirmativas.

estudantes negros e pardos da UFMG e universidades parceiras, oriundos de diversos cursos, tiveram a oportunidade de estudar, pelo menos, um semestre no exterior.<sup>8</sup>

Entre os 80 jovens egressos do Ações Afirmativas no período, 21 entraram na pós-graduação, na UFMG e em outras universidades brasileiras e estrangeiras, o que corresponde a 26,25% dos bolsistas. Desse universo, 14 cursaram Mestrado, em universidades brasileiras, e um, na Universidade de Montreal - Canadá. Desses estudantes, sete avançaram para o doutorado, sendo duas ex-bolsistas em Universidades americanas. Desse grupo têm-se, ainda, três estudantes que foram selecionados pelo Programa de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford –2005-2006 e 2006-2007- (02 estudantes – Programa Internacional) e 01 no Brasil. Alguns dos ex-bolsistas atuam em Órgãos Governamentais e/ou de economia mista, no Brasil e no exterior, como, por exemplo, na Petrobrás, e um no Ministério da Saúde e Serviços Sociais, em Quebec, no Canadá<sup>9</sup>.

Ainda entre os egressos, 03 foram aprovados em Concurso Público para Professor em universidades federais e um aprovado no Instituto Federal de Minas Gerais – Curvelo. Outros têm atuado como professores em faculdades e universidades públicas e privadas. Os demais egressos, cerca de mais ou menos 50%, têm atuado na educação básica, como professores e pedagogos, e, em pequeno número, como artistas, no campo das artes e da música.

Quanto à Formação de Professores, na perspectiva da Lei 10.639/03, é importante ressaltar que o Programa Ações Afirmativas na UFMG já realizava, desde sua origem, ações de extensão voltadas para a formação continuada de professores, na perspectiva da diversidade étnico-racial. Destaque para o projeto “Identidades e Corporeidades Negras - oficinas culturais”, desenvolvido nos anos de 2004 e 2005, com apoio da Pró-reitoria de Extensão da UFMG. Este projeto voltava-se para os docentes da Educação Básica, realizado no formato de curso de extensão, com duração em torno de 40 horas. Essas oficinas culturais foram reconhecidas pelos docentes que delas participaram como um importante momento de estudo, formação continuada e socialização de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial e, portanto, deveria ser ampliado e aprofundado (GOMES & OLIVEIRA, 2006).

Os desafios da Lei 10.639/03, aliados à complexidade da temática racial e o desconhecimento desta e dos fatores ligados à história da África e da cultura afro-brasileira, nas escolas da Educação Básica, motivaram os integrantes das oficinas a demandarem a reorganização destas, de maneira mais profunda, no formato de curso de aperfeiçoamento. Tal mudança possibilitaria uma ação de formação continuada mais consistente, com uma carga horária maior e com a participação de professores especializados no tema<sup>10</sup>.

Essa demanda coincidiu com a aprovação consecutiva, em 2005, 2006, dos projetos “*Percursos e horizontes de formação: ações afirmativas para universitários negros na UFMG*”, e, em 2007 e 2009, com a aprovação do Projeto de Formação Inicial e Continuada de Professores/as, apresentados à Secretaria de Ensino Superior (SESU) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, no âmbito do Programa UNIAFRO<sup>11</sup>. Por meio destes editais, foram realizadas cinco edições do Curso de Aperfeiçoamento em História da África e das culturas afro-brasileiras para professores da educação básica, com duração de 180 horas, atendendo professores da Rede Estadual e Municipal de Belo Horizonte e de cidades da região metropolitana de BH. Esses Cursos de Aperfeiçoamento eram parte da proposta de formação continuada para professores(as) da Educação Básica para a diversidade étnico-racial do Ações Afirmativas<sup>12</sup>.

Ao analisar um desses Cursos ofertados pelo Programa Ações Afirmativas, no âm-

<sup>8</sup> CAPES/FIPSE, coordenado pela Profa. Miriam Santos Jorge; CAPES/AULP - Cabo Verde, coordenado pela Profa. Aracy Alves Martins e Angola coordenado pela Profa. Ana Gomes e CAPES/Programa Abdias Nascimento coordenado pela Profa. Shirley Miranda.

<sup>9</sup>Fonte: Caderno de Registros de Atividades do Programa Ações Afirmativas da Coordenação Executiva.

<sup>10</sup> Dados constantes da Proposta UNIAFRO/ SECAD/MEC e Relatórios Finais 2006 a 2013.

<sup>11</sup>O Programa UNIAFRO – Programa de Ações Afirmativas para a população negra nas Instituições Públicas de Educação Superior. Criado em 2005(,) através de acordo formalizado entre Ministério da Educação – MEC e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs, com o objetivo de fortalecer e institucionalizar esses Núcleos e de Grupos Correlatos nas Instituições Públicas de Educação Superior, de modo a contribuir para a implementação de políticas de ações afirmativas voltadas para a população negra e para a implementação da Lei 10.639/03. Conf. GOMES (2009).



bito do UNIAFRO, MELGAÇO (2018) constatou que alguns docentes tomaram conhecimento da “lei 10639/03”, bem como de conceitos e categorias analíticas, tais como “política de ações afirmativas”, “ideologia do embranquecimento”, “democracia racial” e uma melhor compreensão sobre as questões raciais, ao longo da formação continuada. Ainda segundo o autor, um dos objetivos do Curso foi atingido porque permitiu, por parte dos cursistas/professores a desconstrução de uma mentalidade ancorada na branquitude normativa e eurocêntrica.

Ao entrevistar professores que participaram da formação continuada ofertada pelos Ações, alguns afirmaram “o alto nível de profundidade sobre as questões raciais difundidas no curso, através de leituras acadêmicas e aulas bem fundamentadas. Segundo MELGAÇO (2018, p. 95-96), foi possível verificar, pelos relatos que comparavam essa formação a um curso de especialização, demonstrando a grande satisfação com os saberes difundidos. Segundo as narrativas dos sujeitos da pesquisa, o curso de aperfeiçoamento não se furtou dos embates políticos contemporâneos sobre as questões raciais; pelo contrário, incentivou e direcionou os diálogos sobre temas polêmicos, como políticas de ações afirmativas e religiosidade afro-brasileiras.

Ainda no âmbito do Programa UNIAFRO, em algumas edições, foi possível realizar, além dos Cursos, atividades, tais como: produção de vídeos educativos, levantamento bibliográfico, pesquisas, palestras, ciclo de debates e Seminários.

Além das experiências de formação continuada de docentes, o Ações Afirmativas participou do Programa de Pós-graduação e especialização *lato sensu* em docência da educação básica (LASEB)<sup>13</sup>. Nessa ação de formação, a área temática História da África e Culturas Afro-Brasileiras foi desenvolvida pelo Programa Ações Afirmativas, em várias edições do Curso.

O Ações Afirmativas atuou, também, em outras frentes, no campo da formação, na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais, promovendo formação em nível de Extensão, estabelecendo parceria com diversas Instituições e Organizações Sociais, para ampliar o raio de atuação, a fim de atender demandas de grupos sociais e do poder público, nos estados de Minas Gerais e outros estados, como, por exemplo, o projeto A cor da cultura – 2ª. Fase, uma proposta de formação selecionada e aprovada pela Fundação Roberto Marinho, realizada em 2010/2011, pelo Programa Ações Afirmativas da UFMG, em conjunto com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP e Universidade Federal do Paraná –PR, via seu Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro– NEAB/PR. Essa forma de atuação pretendeu, também, dinamizar redes sociopedagógicas constituídas com base em movimentos sociais e ONGs de referência em estudos e lutas, em defesa das relações étnico-raciais, com a função de subsidiar escolas e outras instituições no trato pedagógico com a questão racial no Brasil, incluindo a história da África.

Ainda no que se refere a Formação em nível de extensão, em 2011, o Ações Afirmativas obteve a aprovação do Projeto Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós, no *Concurso de dotações para formação pré-acadêmica* – Programa Equidade na Pós-Graduação, financiado pela Fundação Ford e realizado pela Fundação Carlos Chagas. O Projeto foi desenvolvido, entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, no formato de Curso de Extensão, com duração de 240 horas. O principal objetivo do Curso consistia em preparar candidatos para a seleção em programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, no Brasil (credenciado pela CAPES), ou no exterior (com titulação equivalente à nacional), na área de sua escolha (MIRANDA; PRAXEDES, BRITO, 2016). Entre os anos de 2012 a 2014, em um universo de 152 cursistas, 41 estudantes foram aprovados em seleção de Mestrado

<sup>12</sup> Conforme Proposta dos Cursos de Formação Continuada do Programa Ações Afirmativas na UFMG e Relatório Final para o Programa UNIAFRO / MEC / SESU/ SECADI. Belo Horizonte, AÇÕES/FAE/UFMG, 2010.

<sup>13</sup> Tratava-se de uma ação de formação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, com o apoio do FNDE, em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, para formar professores, visando atender a uma demanda específica de formação continuada neste nível de ensino.

em diversas universidades (MIRANDA; PRAXEDES, BRITO, 2016, p. 83).

Em relação ao eixo da Pesquisa, é relevante destacar que as ações de pesquisa do Programa Ações Afirmativas passaram a integrar as atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas - NERA/CNPq - um Grupo de Pesquisa criado e aprovado pelo CNPq, formado pelos diversos pesquisadores do Ações, para abarcar todas as atividades de Pesquisa encabeçadas pelo Programa, de forma coletiva e/ou pelos seus integrantes individualmente. É nesse contexto que foi desenvolvida, por exemplo, em 2009/2010, a pesquisa nacional Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03, com patrocínio do Ministério da Educação/SECADI e Unesco. O foco central dessa investigação foi mapear, analisar e divulgar, em nível nacional, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes das escolas públicas de educação básica no país que desenvolvem ações voltadas para a educação das relações étnico-raciais. Tal pesquisa contou com a participação de pesquisadores vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das seguintes universidades: UFPR, UFBA, UFRPE, UFMT e UFPA.

E ainda, participação na pesquisa Educação das Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte, encomendada pelo MEC/SECADI, em parceria com o GT 21 da ANPEd – Educação Relações Étnico-Raciais e NEAB da Universidade Federal do Paraná. O estudo identificou, sistematizou e analisou a produção acadêmica sobre educação das relações étnico-raciais entre os anos de 2003 e 2014 no Brasil. A pesquisa foi realizada através do trabalho conjunto de uma equipe de pesquisadoras e pesquisadores integrantes de alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEABs, vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros (ABPN), sob a coordenação de pesquisadores ligados ao GT 21, Educação e Relações Étnico-Raciais da ANPEd (SILVA; REGIS & MIRANDA, 2018).

O Ações Afirmativas procurou viabilizar várias parcerias no interior da universidade, entre Universidades e fora delas, desde o ano de 2002. As parcerias internas foram importantes, para a visibilidade no interior da Universidade, para o desenvolvimento de Projetos e consolidação do Ações entre a comunidade acadêmica. E também, foram realizadas parcerias externas à UFMG, tais como: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – SEED- MG, Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED-BH, Fundação Cultural Palmares, Ministério da Educação/SECADI, UNESCO, Fundação Carlos Chagas, Movimentos Sociais e diversos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs, com destaque para o NEAB-PR, da Universidade Federal do Paraná.

O entendimento era de que o estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e entidades sociais para o desenvolvimento das atividades de formação, pesquisas e ações de Extensão, de certa forma, contribuía para o fortalecimento institucional do Programa, para a promoção de políticas de ação afirmativa no ensino universitário e, ainda, organização e participação de eventos e publicações, no campo da educação das relações étnico-raciais.

A experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG foi registrada, desde o ano de 2002, em artigos, livros, congressos e seminários nacionais e internacionais através dos bolsistas de extensão, pesquisa, socioeducacionais e da equipe de professores(as). Dentre as publicações realizadas, citamos os livros: “Afirmando Direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade”, Belo Horizonte, Autêntica, 2004; “Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro”, Brasília, MEC/SECAD, 2006; “Identidades e Corporeidades Negras – reflexões sobre uma experiência de formação de professores para a diversidade”, Belo Horizonte, Autêntica, 2006; “Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG”, Belo Horizonte, Autêntica, 2006. Estes dois últimos contaram com o recurso recebido pela aprovação no edital UNIAFRO I. Foram produzidos, ainda, “Literaturas Africanas e Afro-brasileiras na prática pedagógica, Belo Horizonte, Autêntica, 2008” e “Memórias e percursos de pro-

fessores negros e negras na UFMG, Belo Horizonte, Autêntica, 2009”, MEC/SESU/SECAD, editado com recurso recebido pela aprovação no edital UNIAFRO II<sup>14</sup>, e, ainda, Práticas Pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03, Brasília, MEC/UNESCO, 2012. Durante a vigência do Programa UNIAFRO, a produção bibliográfica dos NEABs cresceu significativamente, conforme dados apurados por MIRANDA *et al*, 2018<sup>15</sup>.

Ainda, em relação à produção em 2007, o Programa Ações Afirmativas iniciou parceria com a Fundação Palmares/Ministério da Cultura, para a realização do Projeto “Espaço Palmares: Cultura e Ações afirmativas na UFMG”, visando atividades de difusão da cultura negra brasileira, bem como de discussão sobre as formas de exclusão da população afrodescendente, por meio da divulgação da produção literária de autores negros para o público acadêmico e não acadêmico, realização de oficinas de registro fotográfico e audiovisual e de mostras audiovisuais. No âmbito desse projeto, além de Oficinas culturais, foram produzidos dois Catálogos Bibliográficos e Videográficos impressos e em CD-Rom, entre 2007/2008: LITERAFRO, organizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade -NEIA, da FALE/ UFMG, em parceria com o Ações, e NEGRAS IMAGENS EM MOVIMENTO, que foram distribuídos para centenas de Escolas Públicas mineiras e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs no Brasil. Devido ao seu alcance e resultados obtidos, o projeto foi desdobrado em um subprojeto denominado “Negras Imagens em Movimento - Espaço Cultural Palmares: Cultura e Ações Afirmativas na UFMG”, com a realização de Mostras Culturais Itinerantes coordenado pelo Professor Claudio Emanuel dos Santos. Tais mostras visavam valorizar e difundir a produção audiovisual desenvolvida no Ações Afirmativas e em outras instituições, sobre as relações raciais no Brasil, possibilitando maior visibilidade às produções videográficas e cinematográficas que enfocam as questões e perspectivas da população negra.

Paralelamente a essas ações, o Programa produziu, entre os anos de 2002 e 2013, uma série de eventos entre Seminários, Palestras, Ciclos de Debates, Ciclo de Estudos, Aulas Inaugurais, Rodas de Conversas, no âmbito do Projeto “Ciclos de Debates e Produção Documental”, financiado pelo Programa de Apoio Institucional a Eventos – PAIE/PROEX, desenvolvido pela PROEX, em parceria com as Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da UFMG. O ponto de partida foi a realização do I Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG, realizado em agosto de 2002, com o objetivo de apresentar o Projeto para a comunidade acadêmica, movimentos sociais e comunidade em geral. Esse evento foi considerado como o marco fundador do Programa Ações Afirmativas.



**Foto 01**

Mesa de abertura do I Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG, agosto de 2002, Auditório Luiz Pompéu – Faculdade de Educação – UFMG.

**Fonte:** Banco de Imagens do Programa Ações Afirmativas na UFMG

O evento contou com a participação de intelectuais de diversas universidades brasileiras, Ongs, movimentos sociais (GOMES & MARTINS, 2006, p.12) e contou com um público significativo, durante o Seminário.

<sup>14</sup>Relatório de Atividades do Programa Ações Afirmativas, UFMG, 2012.

<sup>15</sup>Relatório Final de Atividades do Programa UNIAFRO/ MEC/ SESU/SECAD, 2010 e Relatório Síntese do Programa Ações Afirmativas, UFMG, 2012 e Relatório Final da pesquisa nacional sobre as Práticas Pedagógicas sobreimplementação da Lei 10.639/03 nas Escolas públicas do País, encerrada em 2012.



**Foto 02**

Público presente ao I Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG – marco da abertura do Projeto Ações Afirmativas na UFMG, selecionado no Concurso PPCor – evento fundador hoje Programa Ações Afirmativas na UFMG, agosto de 2002, Auditório Luiz Pompéu – Faculdade de Educação – UFMG

**Fonte:** Banco de Imagens do Programa Ações Afirmativas na UFMG.

Os eventos realizados pelo Ações, além do registro fotográfico, foram registrados em vídeos e resultaram em uma variada gama de produtos e documentários. A primeira produção consistiu em um vídeo institucional de 40 minutos, intitulado: “Ações Afirmativas: entre o projeto e o gesto”, coordenado pela professora. Maria Aparecida Moura e bolsistas de extensão, no ano de 2004. No âmbito do Programa de Aprimoramento Discente – PAD –, foram produzidos os vídeos do Seminário sobre Gilberto Freire e sua obra, v. I e II, realizado entre 22 e 26 de novembro de 2004; Seminário sobre Arthur Ramos de Araújo Pereira, v. I e II, realizado entre 20 e 24 de setembro de 2004; Seminário Oliveira Viana: o campo das relações raciais na sociedade brasileira, v. I e II, realizado entre 12 e 16 de julho de 2004. Foram produzidos também os vídeos resultantes dos Ciclos de Palestras, em 2004: Desigualdades Raciais e Políticas Públicas, com Luiza Bairros, em junho de 2004; Teorias Raciais como teorias das diferenças, com Lilia Schwarcz, em maio de 2004. E no ano de 2006, foram produzidos mais dois vídeos/documentários: a) “Se eles soubessem” (os jovens e a lei 10.639/03), e “EIHÁ – Memória e infância no reino do Congo do Aglomerado Santa Lúcia” (apoio UNIAFRO/MEC/SESU/SECAD)<sup>16</sup>.

## O protagonismo do Programa Ações como indutor de políticas afirmativas no interior da UFMG

Vale relembrar que a criação do Ações se deu em um momento de efervescência, num contexto pós-Durban, em que a sociedade civil, o Estado e educação brasileira passaram a enfrentar a demanda recorrente pelas políticas de ações afirmativas desencadeadas pelo Movimento Negro e apoiada por intelectuais negros e brancos, nacionais e internacionais, das mais diversas áreas do conhecimento.

Os efeitos dessa demanda foram sentidas no ensino superior, nas esferas públicas e privadas, por meio de diversas experiências e programas de democratização do acesso e de garantia da permanência para jovens negros, indígenas e oriundos de escola pública. Do ponto de vista do marco legal, tem-se a ocorrência da promulgação da Lei 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a resolução CNE/CP 01/2004. A esta legislação e documentos soma-se, ainda, o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana.

O advento da Lei 10.639/03 emerge como um divisor de águas na política educacional brasileira. De um lado, induziu a mudanças de eixo no fio condutor e na análise da constituição da sociedade brasileira e do seu processo histórico, antes centrado no branco português, depois no imigrante europeu e, só muito secundariamente, na contribuição dos africanos e povos indígenas. De outro lado, explicitou tensionamentos sobre a responsabilidade do poder público no combate às desigualdades raciais e explicitaram-se as tensões e discordâncias sobre a importância da inclusão da temática étnico-racial, nas políticas curriculares e nos pro-

<sup>16</sup>Relatório de Atividades do Programa Ações Afirmativas, UFMG, 2012 e Relatório final de Atividades e Cumprimento do Objeto para MEC/SECADI/UNIAFRO, 2006.

cessos de gestão (GOMES, 2009, p. 52).

Nos meios acadêmicos, provocou deslocamentos e, às vezes mal estar, ao colocar na cena histórica outros sujeitos sociais, tradicionalmente subalternizados, subvertendo os suportes e os sujeitos do discurso, da produção histórica e do conhecimento até então instituído. Considerando que as universidades brasileiras se constituíram, historicamente, como espaços institucionais brancos, tanto na formação de seu quadro docente, quanto discente. De acordo com CARVALHO (2007), as universidades

“expandiram seus contingentes de alunos e professores ao longo do século XX, mas não tomaram nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação. Ou seja, havia a política abertamente racista, ao iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior, todavia não houve nenhum protesto ou ação antirracista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em razão do racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de docentes negros em postos importantes” (CARVALHO, 2007, p. 44).

Impulsionada pelo debate e pela conjuntura nacional, a questão da democratização do acesso, das condições de permanência dos jovens negros no ensino superior ganhou centralidade e possibilitou o fomento da discussão racial no interior da universidade pelo Ações.

Embora, ao longo da década de 2000, a UFMG tenha implementado, paulatinamente, algumas iniciativas institucionais para o estabelecimento do debate sobre a inclusão sócio-racial no seu interior, tais como: abertura de cursos noturnos, realização de dois seminários sobre democratização do acesso à universidade pública, nos anos de 2005 e 2006, entre outros, até o ano de 2008, tais iniciativas ainda não tinham se concretizado em uma efetiva política de democratização do acesso na UFMG.

Acompanhando esse movimento institucional e os debates e atividades promovidas pelo Programa Ações, também emergiram ações oriundas de docentes, alunos e técnico-administrativos da UFMG, demandando ações afirmativas como medidas de democratização do acesso e da permanência de alunos pobres e negros na UFMG, sobretudo, a modalidade de cotas raciais e para egressos de escola pública. Nessa perspectiva, em 13 de agosto de 2007, um grupo de 47 docentes desta universidade, oriundo das mais diversas unidades e áreas do conhecimento, convocados pelo Programa Ações Afirmativas, se reuniram para elaborar e apresentar uma carta à reitoria na qual demandava a adoção de tais políticas.

Parte desse grupo tornou pública essa reivindicação à comunidade acadêmica da UFMG, em artigo publicado pelo Boletim da UFMG, no dia 22 de abril de 2008. Esse processo levou a uma reunião, no ano de 2008, com a reitoria da UFMG e sua equipe. Solicitou-se, nesse encontro, que a carta à reitoria fosse lida e entregue ao Conselho Universitário. Cabe destacar que, dentre os integrantes desse grupo, encontravam-se docentes do Programa Ações Afirmativas na UFMG, Conexões de Saberes na UFMG, Observatório da Juventude, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Alteridade e Projeto Democracia Participativa.

Ainda nesse mesmo período, foi apresentada uma outra carta à reitoria, assinada por diferentes organizações do movimento negro e outros movimentos sociais, reivindicando um posicionamento da UFMG, diante do quadro de desigualdades raciais e sociais no ensino superior, as quais atingem de forma contundente os negros (pretos e pardos) e pobres brasileiros. Tal reivindicação se apoiava não somente em ideais políticos, mas, também, nos dados oficiais sobre desigualdades raciais, publicados pelo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2008, ano de comemoração dos 120 anos da abolição da escravatura<sup>17</sup>.

Nesse contexto, atendendo às solicitações de docentes, discentes, técnico-administrativos e movimentos sociais, reunidos com a reitoria e em cumprimento ao caráter democrático da gestão da universidade pública, acordou-se pela possibilidade de inclusão do recorte étnico-racial, na medida a ser adotada pela UFMG, desde que aprovada pelo Conselho Universitário. Tal proposta adicional seria apresentada ao Conselho Universitário, junto com a proposta da PROGRAD<sup>18</sup>, mediante concordância dos seus membros. Este mesmo Conselho, seguindo os princípios democráticos que dele se espera, recebeu, em reunião do dia 15 de maio de 2008, representantes do grupo de professores e dos movimentos sociais que apoiavam a inclusão da questão étnico-racial na proposta de democratização do acesso da UFMG, a fim de esclarecer os membros sobre a questão.

Após discussão e debate, em 15 de maio de 2008, o Conselho Universitário aprovou a política de bônus da UFMG, a qual consistia em um bônus adicional de 10% na nota das provas dos candidatos que tivessem cursado os sete últimos anos da Educação Básica em escola pública e mais 5% para aqueles que, na mesma condição, se autodeclarassem negros (pretos e pardos).

Posteriormente, foi criada pela Reitoria uma Comissão de Estudo e Acompanhamento de Medidas de Inclusão Social no Corpo Discente da UFMG (CAIS), com o objetivo propor políticas institucionais de inclusão social, para que o público que ingressasse na UFMG, a partir do ano de 2009, via bônus, assim como aqueles que já eram estudantes desta Universidade, vivenciassem o direito à igualdade de oportunidades no ensino superior<sup>19</sup>.

Pode-se afirmar que o Programa Ações Afirmativas, com suas ações, juntamente com os núcleos de pesquisa de extensão Conexões de Saberes na UFMG, Observatório da Juventude, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Alteridade e Projeto Democracia Participativa, alcançou em 2009, após tensos e intensos debates, a inserção do bônus, como mecanismo de ação afirmativa para estudantes oriundos de escolas públicas e que se declaram pretos(as) e pardos(as). Portanto, é preciso destacar o protagonismo do Programa Ações Afirmativas na promoção de ações e intervenção institucional e parcerias que culminaram com a adoção do bônus, abrindo as portas para a democratização do acesso à UFMG para estudantes negros e pardos. A adoção do bônus como modalidade de ação afirmativa pela UFMG possibilitou a aprovação em edital de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq/Ação Afirmativa.

A partir de 2012, após a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – a Lei das Cotas, as ações afirmativas se tornaram parte constitutiva nas Universidades brasileiras. As ações afirmativas se efetivam na UFMG em 2013, com a adoção de cotas sócio-raciais, abrangendo estudantes negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em condições socioeconômicas desfavoráveis.

A partir desse novo contexto, o Programa Ações Afirmativas passa, também, por uma série de transformações que vão, desde a revisão de suas linhas de ação, a mudanças de ordem administrativa e de Coordenação, fechando assim um ciclo iniciado em 2003 como Programa, sob a coordenação da Profa. Nilma Lino Gomes, e dá início a uma nova fase do Programa no interior da UFMG.

<sup>17</sup>Relatórios Internos do Programa Ações Afirmativas, 2008; Caderno de Anotações da Coordenação Executiva – uma década de atividades.

<sup>18</sup>No ano de 2008 estava em curso a proposta da Pró-reitoria de Graduação de adoção de bônus adicional à nota do candidato ao vestibular da UFMG, oriundo de escola pública, a qual foi apresentada, alterada e aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, em seguida, apresentada ao Conselho Universitário.

<sup>19</sup>Esta comissão contou com representação docente, discente e de técnico-administrativos.

## Considerações Finais

Entre 2003 e 2013, ocorreu um crescimento vertiginoso do Programa Ações Afirmativas, em nível interno, no que se refere ao grande número de projetos de ensino, pesquisa e extensão, quanto ao número de alunos de graduação e pós-graduação participantes de nossas atividades, seja como bolsistas, seja como voluntários. Em nível externo, o seu reconhecimento como um programa de grande relevância no trato da questão étnico racial implicou em demandas por pesquisas em nível nacional, aumento de parcerias com diversos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs e, ainda, demandou a participação dos professores em inúmeras ações, tais como palestras, debates, consultorias, atendimento a Escolas, etc. Como se pode notar, esse conjunto de fatores que impulsionou o seu crescimento foi acompanhado de diversos movimentos, no sentido de viabilizar ações mais intensas na perspectiva da promoção da democratização do acesso de jovens negros na Universidade, bem como sua institucionalização.

A trajetória do Programa Ações Afirmativas atesta que a importância dos NEABs vai muito além da formação para as relações étnico-raciais. Esses núcleos têm se destacado pela luta antirracista, interna e externamente aos seus espaços institucionais, com uma significativa produção de conhecimentos contra-hegemônicos, que permitiu impulsionar a produção acadêmica no campo das relações étnico-raciais, apresentando novas narrativas sobre a história da população afro-brasileira e africana, valorizando as histórias, as vozes historicamente silenciadas e os saberes tradicionais e populares, além de interrogar a própria universidade e seu papel na sociedade contemporânea (MIRANDA *et al*, 2018; GOMES *et al*, 2017).

Assim como os demais NEABs, o Ações Afirmativas, também, se caracterizou como um espaço de pertencimento, de acolhimento e afetividades para negras e negros que passaram a reivindicar um *locus* até então, hegemonicamente branco.

As experiências do Programa Ações Afirmativas, na sua primeira década de existência, abordadas neste texto, não esgotam todas as ações e atividades realizadas no período em foco, mas são suficientes para evidenciar o contexto de sua criação, os desafios políticos, institucionais, suas conquistas e seu protagonismo, no quadro das ações afirmativas, e de seu papel frente à democratização do acesso e à permanência de estudantes negros e indígenas no interior da UFMG.

## Referências Bibliográficas:

- ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter. *Ações Afirmativas no Brasil: experiências bem sucedidas de acesso na Pós-Graduação*. v. 1. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016.
- CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *PADÉ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*. UniCEUB, FACJS, v.2, n. 1, 2007, p. 31-50.
- CARVALHO, J. J. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-branca-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. *Afirmando direitos: acesso a permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- CARVALHO, J. J. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.
- DAFLON, Veronica; JUNIOR, João Feres; CAMPOS, MORATELLI, Gabriela, 2014. *Levantamento das políticas de ação afirmativa 2014: evolução temporal e impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais*. Rio de Janeiro: GEMAA/IESP.
- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. *As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa*. *Educar em Revista* (Impresso), p. 19- 33, n. 2013.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação para a Diversidade e Projetos Emancipatórios*. Projeto de pesquisa, Cnpq, 2008, mimeogr.

- GOMES, Nilma Lino. *Educação, Diversidade Étnico-Racial e Movimento Negro*: articulações entre conhecimentos e práticas. Projeto de pesquisa, Cnpq, 2009, mimeogr.
- GOMES, Nilma Lino; MIRANDA, S. A. de; PRAXEDES, V. L.; JESUS, R. E.; BRITO, J. E. *Relações étnico-raciais e produção de conhecimento*: novos atores políticos e acadêmicos. Relatório Final, CNPq, 2017, mimeogr.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Elania de (Org.). *Identidades e Corporeidades Negras*: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores(as) para a diversidade étnico-racial. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy A. (Org.). *Afirmando direitos*: acesso e permanência de jovens negros na Universidade. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006.
- GOMES, Nilma Lino (Org.). *Tempos de lutas*: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2006.
- GOMES, N. L. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, M. C. L. (Org.). *Universidade e democracia*: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p. 44-55.
- GOMES, N. L. Para além das bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. IN: SILVÉRIO, V; MOEHLECKE, S. (Orgs.) *Ações afirmativas nas políticas educacionais*: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUFSCAR, 2009a.
- GOMES, N. L. Limites e possibilidades da implementação da lei 10639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs.). *Caminhos convergentes*: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009b, p 41-76.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento negro e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./out./nov./dez, 2000.
- HENRIQUES, Ricardo, 2001. *Desigualdade racial no Brasil*: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para Discussão 807.
- HERINGER, R. R. Ação afirmativa à Brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: Ângela Randolpho Paiva. (Org.). *Entre dados e fatos*: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010, v. 1, p. 117-141.
- HERINGER, R. R. Ação afirmativa: estratégias pós-Durban. In: Átila Roque; Sônia Correa; Fernanda Carvalho. (Org.). *Observatório da Cidadania - Relatório 2002*. 1ed. Rio de Janeiro: IBASE, 2002b, v. 6, p. 55-61.
- HERINGER, R. R.; Ferreira, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001- 2008. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (Org.). *Caminhos Convergentes*: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: ActionAid e HBS, 2009, v. 1, p. 1-292.
- HERINGER, R. R. O Próximo passo: as políticas de permanência na universidade pública. In: PAIVA, A. R. (org.). *Ação afirmativa em questão*: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2013, p. 74-99.
- HERINGER, Rosana & HONORATO, Gabriela. Políticas de Permanência e assistência no ensino superior público: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: BARBOSA, M. Ligia (org.). *Ensino Superior*: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 315-350.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas*: 120 anos após a abolição. Brasília, IPEA, Diretoria de Estudos Sociais, 2008.
- JODAS, Juliana; KAWAGAMI, Erika. Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ação afirmativa no Brasil. Trabalho apresentado no *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador: UFBA, 2011.
- MARÇAL, José Antônio. Políticas afirmativas no Brasil: uma luta histórica do Movimento Negro. In: SANTOS, Juliana Silva; COLEN, Natalia Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de (Orgs.). *Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG*: debates, implementação e acompanhamento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 21-36.
- MIRANDA, Shirley; PRAXEDES, V. L.; BRITO, J. E. Afirmação na Pós-Graduação: experiências, tensões, articulações e deslocamento de uma proposta de ações afirmativas na Pós-Graduação em Minas Gerais. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter. *Ações Afirmativas no Brasil*: experiências bem sucedidas de acesso na Pós-Graduação. v. 1. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016.
- MIRANDA, S.A. de; GONÇALVES, C.R.T.; SANTOS, S.A. dos; PIRAGIBE, F. G.; MIRANDA, S.M. de. Justiça cognitiva: a produção bibliográfica dos NEABS e grupos correlatos. In: SILVA, P.V. B da; REGIS, K.; MIRANDA, S.A.de. *Educação das relações étnico-raciais*: o estado da arte. Curitiba: NEAB – UFPR; ABPN, 2018. p. 625-650.



- PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONÇORES, E. & SANTANNA, D. Ações afirmativas no ensino superior público e políticas de apoio estudantil. In: *Cadernos do GEA*. n.2 (jul./dez. 2012). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012, pgs. 9-10.
- PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto anti-racista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2006.
- PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n.02, p. 155-182, Abril-Junho 2015.
- PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana.(Org.). *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. 1ed., Rio de Janeiro: ActionAid e HBS, 2009, v. 1, p. 1-292.
- RODRIGUES, Tatiane Consentino. *Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990*. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCAR, 2005. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).
- ROZA, Isis Silva; ROZA, Luciano Magela. NEABs e a Proposição de Educação para as Relações Étnico-raciais. *Revista Interterritórios: Revista de Educação*. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.6, n.12, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. Por uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Juliana S.; COLEN, Natália S.; JESUS, Rodrigo Ednilson (Orgs.). *Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018.
- SANTOS, Juliana S A adoção de ações afirmativas de recorte racial para as universidades brasileiras: uma arena de embates discursivos. In: SANTOS, Juliana S.; COLEN, Natália S.; JESUS, Rodrigo Ednilson (Orgs.). *Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018, p. 59-76.
- SILVA, Joselina da & PEREIRA, Amauri M. *Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2013.
- SILVA, P.V. B da; REGIS, K.; MIRANDA, S.A.de. *Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte*. Curitiba: NEAB – UFPR; ABPN, 2018.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*, Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006, p.87-108.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002a.